

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

Revista Portuguesa de História

TOMO XVII

HOMENAGEM AO DOUTOR TORQUATO DE SOUSA SOARES

II



COIMBRA/1977

Homenaje a Fray Justo Perez de Urbel, O.S.B. 2 vols., «*Studia Silensia*», III-IV. Abadia de Silos, 1976-77. 653 e 695 pp.

A profusão de artigos integrados na homenagem a Frei Justo Perez de Urbel e repartidos em dois grossos volumes que totalizam cerca de 1348 páginas com 56 trabalhos, atestam bem o prestígio do homenageado que, aliás, tivemos o prazer de conhecer pessoalmente nas I.^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Historiadores peninsulares e estrangeiros colaboraram nesta obra testemunhando-lhe a sua admiração e amizade. Encontram-se, pois, aqui reunidos, artigos das mais variadas temáticas o que dificulta seriamente qualquer apreciação crítica, mormente para alguém que, um pouco mais inclinada para a história económica e social, é desconhecadora de tantos campos profundamente especializados como, entre outros, o da liturgia e música, aqui presentes. Que tal insuficiência não afaste o historiador, e em particular o medievalista, deste rico repertório de trabalhos. Tentaremos pôr em destaque as principais temáticas aqui abordadas detendo-nos um pouco sobre algumas que, por certo incidindo sobre sectores próximos da nossa especialidade, mais nos sensibilizaram.

Mas até essa repartição em grandes epígrafes é difícil. «Grosso modo», o primeiro volume que se inicia com a bibliografia do homenageado, integra artigos de índole predominantemente, mas não em exclusivo, sócio-política e sócio-económica, estando o segundo mais voltado para a história cultural, sobretudo religiosa.

Contudo, e dado que não deve ter havido uma intenção de agrupar por assuntos os trabalhos, deparamos no primeiro volume com um estudo de dois fragmentos sobre a velha liturgia visigótica; outro sobre três manuscritos provenientes de Cogolla e Silos com o Antifonário dedicado a S. Domingos; e ainda dois artigos que versam sobre os manuscritos existentes nas antigas bibliotecas dos grandes mosteiros de S. Millán de Cogolla e de S. Domingos de Silos.

Também neste primeiro volume têm expressão aspectos da cultura laica, como a historiografia. Ubieto Arteta analisa a Crónica Silense, admitindo que a sua parte final, respeitante a Sancho II e a Afonso VI de Castela, teria sido escrita, mas devia ter-se perdido e não andaria longe do que, quanto a esses reis, diz a Crónica Najerense, já que esta segue a primeira para os reinados anteriores. Outro artigo dá a lume

uma crónica inédita de Silos sobre Afonso X, estudando a sua autoria, conteúdo e fontes de inspiração, salientando que a sua redacção se devia integrar na campanha a favor dos Trastâmaras que intentava denegrir a imagem de D. Afonso e seu filho Sancho. Ainda se nos depara um artigo, mais próximo quiçá da linguística, sobre a influência da literatura vasca na obra do poeta Gonzalo de Berceo e um outro que se nos afigura bastante original na sua abordagem. Aplicando no seu estudo as técnicas do estruturalismo e até da sociologia e psicologia, Marciano Sanchez estuda a cláusula da maldição divina no «Tumbo Negro» de Zamora, vindo a concluir que a selecção dos passos dos livros bíblicos não foi arbitrária, mas antes a escolha de alguns deles testemunha a proximidade, ao tempo, das duas sociedades, a israelita e a leonesa, quer no campo da reconquista, quer da teocracia. Também por um prisma cultural se poderá analisar o estudo sobre o bispo granadino Hernando de Talavera. Através do seu testamento reconstitui-se a sua biblioteca com cerca de 228 obras sobre Sagrada Escritura, Padres Latinos, teólogos medievais, autores clássicos e obras de Direito Civil e Canónico que fazem dele um bispo do renascimento espanhol, o qual se vem mesmo a interessar pela difusão do saber, criando, em 1480, a primeira imprensa de Valladolid que funcionava no seu mosteiro.

Os estudos sócio-políticos e político-militares são vários. Eleutério Elorduy dedica algumas páginas ao programa sócio-político de Séneca que, eivado das doutrinas estoicas e do cristianismo, a que não foi estranha a sua educação nos ideais tradicionais hispânicos, sustenta ser o benefício que agrega todo o contexto social e não já a lei, como afirmavam os pensadores antigos. Logo a seguir J. Orlandis polemiza sobre a data da presença dos romanos no exército visigodo, para concluir, colmatando os dados das fontes jurídicas com o relato dos textos literários que, se é certo que os romanos estão no exército visigótico durante o reino tolosano, é admissível a sua presença nos exércitos de Eurico e Alarico II, em cujas cortes estiveram importantes personagens romanas. Cadenas y Vicent escreve algumas páginas sobre a sobrevivência dos títulos nobiliários do Sacro Império Romano, após a extinção da dinastia carolíngia.

Surgem-nos ainda três trabalhos sobre famílias condaís castelhanas — análise de uma amplíssima doação ao mosteiro de Cardeña por Mumadona, em 5 de Agosto de 938; a reconstituição da descendência do conde Rodrigo e de Munio Nuñez, a partir da posse de

salinas em Castela, no século X, pelos membros da família condal; o governo da tenência de Bureba, na primeira metade do século XII, por uma família condal que, através de uma política habilidosa, se mantém no poder face à difícil conjuntura hispânica coeva.

Outros artigos dedicam-se exclusivamente a uma personalidade, embora sejam mais completos pois focam o contexto histórico em que a mesma se insere. O conselheiro régio na corte de Castela, Juan Estevanez de Castellanos, é um daqueles funcionários em quem os monarcas, no seu caminho para a centralização, se vão apoiar, em detrimento dos velhos elementos da aristocracia e clero. Depende, pois, a sua função da vontade do soberano e é assim que Juan Estevanez, elevado até ao cargo de conselheiro-cronista de Afonso XI, se verá afastado do lugar, e mesmo com os bens confiscados pelo governante seguinte, D. Pedro. E é justamente a um apaniguado de D. Pedro, Martim Lopes de Córdoba, que se dedica outro estudo. O seu autor dá-nos todo o elenco dos cargos a que ascendeu mas centra-se, em particular, na sua eleição para Mestre de Calatrava que mais não foi que uma imposição do rei a essa instituição, pois lhe era imprescindível ter à frente das ordens militares homens da sua confiança que lhe garantissem o apoio nas guerras partidárias que eclodiram no seu reinado.

Também as actuações régias são objecto de reflexão. Ainda uma achega de Torquato de Sousa Soares sobre a reconquista de Coimbra ao tempo de Fernando Magno, integrada no condicionalismo hispânico cristão e muçulmano então vigente, e a sua consolidação com a judiciousa escolha do moçárabe Sesnando para o governo da região que, se por um lado estava ligado ao estrato social de origem, por outro vem-se a aliar por casamento com a velha estirpe condal portugalense. Outro estudo debruça-se sobre a acção reformadora, no campo religioso, do rei de Castela D. João I, que se dirige essencialmente aos jerónimos, beneditinos e cartuxos e culmina, no intuito de reforma da vida contemplativa, com a fundação de S. Bento de Valladolid, em 1390.

A publicação de dez documentos do monarca D. Afonso de Castela vem atestar a actividade desta chancelaria régia que coexiste, desde Junho de 1465 até Julho de 1468 com a do rei Henrique IV, sendo esses diplomas dirigidos à província de Segó via que, em 1467, ficou a pertencer a D. Afonso por traição de Pedro Arias Dávilla. Com base, também, em cartas régias é-nos dado a conhecer mais um itinerário régio. Na sequência destes trabalhos que vão proliferando e são essenciais para

o estudo da administração régia, atende-se aqui a um aspecto original do itinerário dos Reis Católicos. Trata-se, apenas, das suas estadias e passagens por mosteiros que o autor aponta sistematicamente, correlacionando-os com os gostos e actividade política de Isabel e Fernando.

Cumpre-nos ainda dar notícia de um trabalho arqueológico sobre os túmulos cavados na rocha em S. Frutos de Duratón e de dois artigos cuja temática é preferencialmente de ordem social e jurídica. Trata-se da publicação de seis documentos do século XI, procedentes do mosteiro de Celanova, e que podem incentivar ao estudo do procedimento judicial que se adoptava no tribunal régio de Castela e em todas as assembleias do reino. Efectivamente a documentação medieva dos mosteiros, mormente os pleitos que se levantavam sobre propriedades, dará abundantes informações sobre a evolução dos processos judiciais, como os historiadores das congregações religiosas já acentuaram e muitas vezes estudaram no enquadramento regional e geral das instituições analisadas. O estudo «Inimicitia y señoríos» integra o direito de asilo no contexto senhorial existente no século XII, para nos afirmar que o privilegiado podia garantir a segurança da sua pessoa dentro do seu próprio senhorio.

A grande abundância de judiarias medievais situadas na província de Sória, região que atraía esta etnia, porque centro capital da encruzilhada entre os reinos castelhano, aragonês e navarro, merece a atenção de Cantera Burgos que faz o cadastro de três dezenas, tentando acompanhar o passado de cada uma dessas comunidades judaicas e referir as marcas deixadas na região.

E, finalmente, no primeiro volume, aparecem-nos ainda dois trabalhos de índole predominantemente económica.

Um deles é de García de Cortázar sobre os moinhos na região de Rioja Alta, nos séculos X a XIII. Com o método correcto para chegar a alguns conhecimentos seguros — quantificação exhaustiva das fontes documentais, sobretudo procedente de mosteiros e cartografia dos dados — o autor vai estudar o estatuto dos possuidores desses prédios (no geral um primeiro proprietário leigo e depois o último possuidor que é uma instituição religiosa), e localizar os moinhos ao longo dos cursos de água existentes na zona. Acabará por concluir que qualquer povoador nesta região estava em condições jurídicas e muitos em condições económicas de levantar esses engenhos e, corrigindo ideias expressas em obras suas anteriores, vem a afirmar que o

moinho não é um instrumento de senhoriação porque a sua posse pelos mosteiros «es sintoma y resultado más que factor de ese proceso». Esta conclusão parece-nos, no entanto, demasiado vaga face aos dados precisos que os quadros apresentam. Se os proprietários iniciais destes moinhos são em 76,2% reis, condes, bispos ou nobres enquanto só 1 % está nas mãos de pequenos possesores, depreende-se que os «povoadores» da região, detentores de instrumentos moageiros, são representantes dos escalões superiores da organização senhoria. Logicamente, continuamos a inserir este investimento dispendioso dentro do grande domínio onde, concordamos, ele será primeiro resultado de senhoriação que teve de capitalizar para construir (ou adquirir o prédio, normalmente por doação, como no caso dos mosteiros) e só depois um meio para acrescentar as rendas senhoriais.

Mereceu-nos um particular interesse o artigo de Armando Represa sobre o «burgo» de S. Domingos de Silos. Utilizando a documentação existente no mosteiro de Silos, conseguiu o autor reconstituir todas as vicissitudes deste burgo que são deveras relevantes porque sintomáticas do contexto histórico em que estava inserido. Com intuítos de povoamento, Afonso VI, entre 1096-1098, e certamente a pedido do abade de Silos, vai permitir que a instituição povoe o lugar que quiser. A atracção do instituto, até como centro de passagem na peregrinação a Santiago, vai transformar S. Domingos num burgo com notável importância agrupando três núcleos de povoamento — os Bairros de S. Pedro e Castelhana com os mais antigos povoadores, portanto elementos autóctones, e o Bairro Gascão que engloba francos e até normandos. O burgo está formado no século XIII e envolvido por uma muralha que já deixava de fora o arrabalde para além do rio e a aldeia de Santiago. A sua economia centra-se sobre a agricultura e pastorícia, mas as actividades comerciais são notórias, sobretudo com a transacção de ferro e o artesanato daí derivado, bem como o de couro. Desde o foral que, em 1135, lhe concede Afonso VIII se vê que o burgo tem como senhorio o abade do mosteiro e portanto os seus magistrados dele dependem. Mas a força das autoridades locais cresce e, aliando-se à realeza, conseguem transformar S. Domingos num concelho que tem já força e autonomia jurídica para se opor ao senhorio, o mosteiro, lutando por vezes mesmo à mão armada para resolver questões paroquiais, de administração de sacramentos, de oblações e dízimos. A vila sofre mudança de senhorio e passa a incorporar-se

na Coroa em 1308 com Frederico IV, mas, em 1345, de novo o concelho volta ao antigo senhorio de abadengo.

Estes testemunhos sobre S. Domingos permitem pois um trabalho feliz e exemplificativo. Acompanhamos as preocupações régias de povoamento ao tempo da reconquista e a atracção colonizadora de um mosteiro que leva à promoção de um burgo. Nada de inédito no contexto peninsular pois que os mosteiros foram nos seus primórdios núcleos de povoamento e muitas vilas se ergueram à sua sombra, como já tantos historiadores dessas instituições o assinalaram. Mas o quadro é tanto mais completo, quanto em seguida podemos acompanhar a sua passagem a município que se deve integrar no movimento concelhio geral que a realeza apoia, porque consentâneo com uma política de centralização. Fortalecidas as magistraturas e o «concilium», garantido o apoio da Coroa, o concelho sente mesmo forças para pleitear com o seu senhorio, o abade, e dele se liberta por um lapso de 27 anos ficando directamente dependente do rei.

O volume termina com um estudo sobre Sepúlveda, berço do homenageado, feito com muito rigor, mas também com muito colorido. Linage Conde começa por coligir extractos literários sobre a região de Sepúlveda e sua paisagem e depois mais especialmente sobre a «villa», passando em seguida a uma análise viva e correcta da sua evolução desde a pré-história, tempos célticos, romanização, época visigótica, reconquista e subsequentes épocas medievais e modernas.

Entrando no segundo volume, se bem que, como já afirmámos, a temática seja predominantemente de história cultural e religiosa, as várias facetas que ela engloba não são fáceis de discriminar. Temas que vão desde a hagiografia e biografia até à patrística, obras de clérigos, doutrina da Igreja e história monástica aqui estão presentes, para além de outras. E nem mesmo estas divisões são rígidas pois bem sabemos que numa história global que procuramos, todos os assuntos se correlacionam, como acontece aqui, em particular com alguns trabalhos que são achegas importantes para a história política e social.

Dentro dos estudos hagiográficos e biográficos podemos incluir as páginas dedicadas a S. Vicente Mártir e a tentativa de localizar a ilha onde aportou o seu corpo, interpretando os dados colhidos no epitáfio do bispo Justino de Valência. São-nos biografados dois bispos de Placência, do século XVII, Fr. Placido Pacheco e Fr. Alonso Garcia de Losada e noutro artigo ressalta a figura do dominicano

Frei Agustín Davila Padilla, mas estando aqui em particular destaque a sua obra de historiador, com a análise da mesma e notícia das suas edições.

A reflexão sobre várias obras de Padres da Igreja ou de outros clérigos é objecto de vários ensaios. Um deles vai deter-se sobre a influência do mito da caverna de Platão nos diálogos de Gregorio Grande que este autor colheu, se bem que utilizando com fins diferentes, em Gregorio de Nisa. Dois outros atêm-se ao ideário desses dois expoentes culturais peninsulares que foram S. Leandro e seu irmão Santo Isidoro. É-nos descrita a teoria de S. Leandro sobre a virgindade, correlacionada com o problema do pecado original e da integridade na fé, ideias bebidas nos Padres da Igreja e, em particular, em Santo Agostinho. O trabalho sobre Santo Isidoro analisa as obras deste bispo para delas colher a sua visão sobre o monacato — classificação das várias formas de vida monástica, definição do mosteiro isidoriano, o seu ideal monástico, as relações com o episcopado — procurando depois dar-nos as fontes em que se inspirou.

Surge-nos ainda um trabalho que estuda o tratado «De Progressu spiritalis Deserti» de Ildefonso de Toledo e outro que dá a conhecer algumas cartas de S. Bernardo. A autoria do códice hispânico com o título genérico «Vitae sanctorum» que se encontra no Museu Britânico é objecto de reflexão, propondo-se o nome de Fernando, monge, no século XIII, de S. Millán de Cogolla, para seu redactor. Igualmente noutro artigo é dado, como sendo de D. Rodrigo, bispo de Palência no século XIII (1247-1254) e estudioso em Bolonha, um tratado jurídico que não era até então incluído nas suas obras. Algumas páginas versam sobre uma carta de Santa Isabel de Aragão, rainha de Portugal, que chegou a ser considerada como relíquia, a qual foi escrita em 1303 e se dirigia a seu irmão Jaime II, aconselhando a paz entre este e o rei de Portugal, D. Dinis. E ainda neste conjunto de apreciação de obras e autores se poderá incluir uma análise da regra de S. Bento desde a sua autenticidade até ao estudo detalhado do seu conteúdo.

Problemas doutrinários são abordados no artigo que trata dos ensinamentos sobre o conhecimento humano de Cristo que expressa Gandulfo de Bolonha, continuador de Pedro Lombardo, mas um dos poucos que, na segunda metade do século XII, se opõe ao mestre na sua doutrina. Também a publicação de uma carta de Frei Bernat de Serra, embaixador de Afonso Magnânimo ao concílio de Basileia,

nos dá notícia dos problemas levantados pelo concílio e de alguns dos dogmas aí debatidos, como o da Imaculada Conceição.

A historia monástica está presente em várias páginas. O mosteiro de Santa Eufémia de Cozuelos é objecto de uma monografia que nos conta a sua fundação e aquisição do patrimonio até ao século XIII e a subsequente defesa e exploração desses bens nos séculos XIV e XV. Outro autor estuda o mosteiro prémonstratense de Urdax, de 1182 a 1520, procurando reviver a sua história através de alguns documentos que escaparam ao incêndio do seu arquivo e ainda por cópias do século XVI. Também a história do mosteiro de Santa Maria de Labaix ou Lavaix, hoje submerso, nos é relatada, desde o período beneditino do cenóbio, onde se correlaciona o governo dos seus abades com a aquisição do temporal, para, em seguida, se apontar a mudança para Cister no século XIII e seguir a vida da instituição mesmo em tempos modernos e contemporâneos até à sua extinção.

A tentativa de restauração da Ordem de S. Jerónimo em Espanha é estudada através das diligências para a fazer reviver no Escoriai e em Santa Maria de Guadalupe no século XIX e de um outro movimento já no século XX para a fazer ressurgir, mostrando-se que no seu conjunto não foram coroadas de êxito. Debruçando-se sobre fontes jurídicas, literárias e estudos sobre conversos, Ildefonso M. Gómez vai reflectir sobre a condição social das vocações cartuxianas — idade dos religiosos, sua proveniência social e geográfica — num ensaio interessante sobre a sociologia das vocações. Outro artigo ofereceu-nos a publicação do livro dos benfeitores do mosteiro de S. Juan de Burgos, elaborado à volta dos primeiros anos do reinado dos Reis Católicos. Esta leitura possibilitará vários estudos quer do ponto de vista religioso quer social, como, entre outros, a análise da condição dos doadores, as suas linhagens, e o conteúdo desses mesmos legados.

A partir da invocação do mosteiro de Dueñas a Santo Isidoro, Bishko estuda a difusão do culto deste santo de Alexandria na Península. Do mesmo modo a projecção do culto de S. Bento na Espanha medieval é objecto de um profundo e desenvolvido artigo. Tomás Moral refere algumas peças litúrgicas, calendários e hinos onde se expressa o culto de S. Bento que, como se sabe, é bastante tardio e, salvo casos esporádicos, se difunde só em meados do século XI. Passa depois a seriar a invocação de mosteiros, igrejas e ermidas e mesmo

os topónimos com o nome do santo, detendo-se por fim sobre as relíquias e iconografia de S. Bento. Também Jaspert se dedicará ao estudo das relações entre o pensamento de Karl Barth (1886-1968), um dos pais teológicos do protestantismo do século XX na Alemanha, e a regra de S. Bento. Este teólogo faz uma apreciação positiva do monacato como verdadeiro exemplo de existência cristã que procura seguir os preceitos evangélicos, essencialmente com base na leitura e apreciação da Regra de S. Bento como uma ética «in nuce» cristã medieval e face à prática observada nos monges beneditinos com quem teve contactos pessoais. Lamenta, no entanto, que nesta regra não se sublinhe devidamente a acção da graça divina e da fé na salvação dos homens, reservas estas que Jaspert não considera justificadas e refuta.

Ainda relacionada com a história conventual está o artigo sobre a vida religiosa dos beneditinos portugueses durante o século XIII. Numa síntese segura, alicerçada sobre muitos estudos parcelares que tem elaborado sobre este tema, J. Mattoso dá-nos uma panorâmica dos mosteiros beneditinos no século XIII que se salda por uma certa mediania. O abade «senhorializa-se», procurando o seu prestígio pessoal e a defesa das rendas conventuais para assegurar o seu mais farto quinhão, e delega a direcção espiritual da comunidade no prior. Não se encontram ainda graves questões disciplinares que vão eclodir nos inícios de Trezentos, mas a observância beneditina não se pode dizer exemplar e muito menos renovadora, pois a comunidade descarta a prática da pobreza e esmola e procura antes defender privilégios e a sua subsistência material. Existe uma certa tendência para os mosteiros beneditinos criarem laços entre si, mas mantendo sempre a sua independência e reconhecendo apenas a submissão ao bispo.

Em paralelo com este estudo não podemos deixar de colocar o que se debruça sobre os cabidos catedralícios no ocidente espanhol, atentando nas mudanças que neles se operam entre começos do século XII e meados do século XIII. Passa a existir um número, excessivo de prebendados o que traz o empobrecimento dos cabidos, dá-se uma separação entre a mesa e arquivo episcopal e capitular e uma laicização dos cônegos devido a vários factores, com o consequente abandono da vida comum. A desproporção entre os benefícios e dignidades é notória, sobretudo quando as eleições começam a ser viciadas e passam a usufruir das prebendas filhos de reis e nobres que desejam apenas angariar fortuna pessoal. A mesma preocupação de bens materiais com a consequente negligência dos ofícios religiosos

são, portanto, notas comuns aos cabidos e mosteiros peninsulares no século XIII.

Mas outros temas afloram ainda neste volume. Um estudo sobre o uso do cilício põe em confronto a utilização desta veste e tecido na sociedade greco-romana onde tinha apenas uma função prática e pela sua dureza e impermeabilidade era empregue para fins militares e velas de navios e no povo judeu onde o seu uso se liga a sentimentos religiosos de penitência e humildade. Esta tradição judaica é continuada com o cristianismo e o autor aponta vários exemplos no seu artigo, contributo importante para a história das mentalidades que ainda está por fazer.

O espírito de cruzada ressalta das páginas dedicadas à batalha do Salado, que Pérez-Bustamante enquadra nesse movimento mais amplo, analisando toda a sua preparação e apoio da campanha por parte do papa Bento XII.

Por fim uma análise sobre a doutrina do sínodo diocesano de Cuéllar, realizado pelo bispo D. Pedro e encerrado a 8 de Março de 1325, permite a José-Luís Martín um elucidativo estudo de ambiência social coeva. Todos os sacramentos e doutrinas religiosas são explicados aos clérigos de uma forma comezinha que nos põe em evidência o modo como este as apreendia e podia transmitir ao povo. E desse conjunto de normas ressalta o ideário vigente — a mulher considerada como objecto; uma diferenciação social marcante que se detecta pela penitência e pecados específicos dos grupos; uma panorâmica sobre a economia agrícola-comercial da época e da organização feudal castelhana; a supremacia do clérigo face ao leigo; a riqueza e o sexo, móveis da sociedade humana. Trata-se, em muitos casos, de reprimir certos abusos cuja frequência é difícil de avaliar, mas o que importa realçar são as linhas essenciais da organização da sociedade, mormente nos seus corpos constitutivos e nas suas estruturas económicas, onde o quadro se apresenta completo.

Em síntese, poderemos afirmar que a variedade de artigos e matérias, compiladas nestes dois tomos e que procurámos pôr em evidência, atrai forçosamente o historiador porque contém, pela certa, algum tema da sua especialidade.